

LEGISLATIVO

Jogo com ajudinha religiosa

Lira costura acordo com evangélicos e garante quórum para votar, e aprovar, PL e PEC que interessavam aos dois lados

» TAINÁ ANDRADE

A Câmara dos Deputados aprovou, ontem, o regime de urgência para a tramitação do projeto de lei que legaliza os jogos em cassinos e bingos no Brasil. Foram 293 votos a favor e 138 contra. Mas isso só foi possível porque o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), costurou um acordo com a bancada evangélica para obter quórum suficiente para a aprovação do PL. A contrapartida era a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 200/216 — que prevê a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam locatárias do imóvel.

Para a PEC, foram 393 votos favoráveis e 37 contrários em primeiro turno, e 376 a 30, no segundo. O texto é de autoria do ex-senador e ex-prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (PRB-RJ), e é uma demanda antiga da bancada evangélica. Agora, vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro.

Segundo fontes, o relator do PL, Felipe Carreras (PSDB-PE), acreditava que o grande problema do texto era reunir um quórum que garantisse a aprovação da urgência — a do mérito em tese será mais tranquila, o que só será feito em fevereiro. Para obter a quantidade de votos suficiente em favor do texto, Arthur Lira entrou no circuito e fechou o acordo com o líder da bancada evangélica, deputado Cezinha de Madureira (PSD-SP).

Paulo Sergio/Agência Câmara



A manobra foi mobilizar as bancadas e votar o PL e a PEC em sequência. Com isso, o presidente da Casa conseguiu manter o quórum elevado para o primeiro pleito, pois o interesse dos evangélicos era no segundo. Deu certo, e a proposta sobre a isenção de IPTU para templos religiosos que não tenham seus imóveis próprios passou folgadoamente em dois turnos.

Mal-estar

O acordo entre Cezinha e Lira, porém, causou desentendimento entre deputados da bancada evangélica, que ficaram irritados com a manobra. A maior parte contrária são parlamentares ligados a Silas Malafaia, chefe da igreja Vitória em Cristo.

“Em nenhum momento a Frente Parlamentar Evangélica

negociou matérias, e eu tive posição contrária à pauta do PL dos jogos”, indignou-se o deputado Eli Borges (Solidariedade-TO).

Lira, por sua vez, reagiu com indignação às reclamações contra o PL e chamou de “hipocrisia” a não regulamentação do jogo. “Todos sabem que tem cassino, todos sabem que existe bingo, que existe caça-níquel. Todos sabem que existem apostas

virtuais, eletrônicas, que são debitadas em cartão de crédito e que pagam impostos no exterior”, reagiu.

Sobre a PEC da isenção de IPTU, a ideia do relator, o ex-deputado Jorge Tadeu Mudalen (DEM-SP), era alterar uma interpretação do Supremo Tribunal Federal (STF) de que a imunidade tributária dos templos em relação ao IPTU é restrita aos imóveis de



Todos sabem que tem cassino, todos sabem que existe bingo, que existe caça-níquel. Todos sabem que existem apostas virtuais, eletrônicas, que são debitadas em cartão de crédito e que pagam impostos no exterior”

Deputado Arthur Lira (PP-AL), defendendo aprovação da urgência para o PL que traz de volta o jogo em cassinos e bingos

propriedade das entidades religiosas. Conforme salientou, as instituições religiosas “não têm lucro e, no mais das vezes, não têm recursos para adquirir imóveis. Na verdade, se essas entidades têm recursos em abundância, é desejável que elas os destinem a atividades de assistência social ou de serviços religiosos propriamente ditos”. (Colaborou Fabio Grecchi)

ELEIÇÕES

PT articula federação de esquerda

» BERNARDO LIMA*

O PT decidiu, ontem, abrir uma série de conversas para criar uma federação partidária com o PSB, PCdoB, PSol e PV. A presidente do partido, deputada Gleisi Hoffman (PR), apresentou a proposta, que foi aceita pelo diretório nacional.

Ao **Correio**, o líder do partido no Senado, Humberto Costa (PE), disse que o objetivo é formar uma frente ampla da esquerda no Congresso. Mas, mesmo assim, segundo ele, a iniciativa enfrenta resistências.

“Há muitas preocupações se o PT vai deixar de eleger parlamentares, em outros estados, fazendo concessões. Mas, em geral, o debate foi positivo. Acho que há clima que possa permitir a realização da federação, dependendo das discussões que estão por vir”, afirmou.

A decisão aconteceu um dia depois de o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin deixar o PSDB — para, eventualmente, se filiar ao PSB para assumir a condição de vice na chapa do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2022. Segundo Costa, a questão está sendo avaliada com calma.

“Não se entrou muito nessa discussão, de composição de vice. Mas há uma possibilidade de que isso aconteça”, avaliou o senador.

Aprovadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para as eleições de 2022, as federações partidárias permitem que dois ou mais partidos se unam para atuar como uma só legenda política nas eleições e na legislação. Porém essa junção precisa durar pelo menos os quatro anos do mandato legislativo e seguir as mesmas regras do funcionamento parlamentar e partidário.

Para o caso de alguma legenda deixar a federação antes do prazo, sofre punições, como a



Há muitas preocupações se o PT vai deixar de eleger parlamentares, em outros estados, fazendo concessões. Mas, em geral, o debate foi positivo”

Humberto Costa,
senador (PT-PE)

proibição do uso do fundo eleitoral. Outra exigência é que as federações tenham abrangência nacional. O partido voltará a discutir o tema em fevereiro próximo.

Violência

A reunião do diretório nacional petista tratou, ainda, do ataque feito pelo apresentador de tevê Carlos Roberto Massa, o Ratinho, à deputada federal Natália Bonavides (RN). Conforme vídeo que circula nas redes sociais, ele sugeriu que a parlamentar fosse metralhada ao discordar da proposta feita por ela para a retirada dos termos “marido e mulher” das celebrações de casamentos civis.

Ao **Correio**, a ex-ministra de Direitos Humanos do governo Dilma Rousseff, Ideli Salvatti, disse que o partido aprovou moções para preparar uma agenda com diversas ações de conscientização sobre o tema.

“Não adianta o TSE fazer uma grande campanha de tevê e não tomar nenhuma providência contra violência parlamentar contra mulheres”, afirmou.

Leopoldo Silva/Agência Senado



Costa admite resistências para a formação da federação, mas o PT está disposto a conversar

Doria põe mulheres na economia

» GABRIELA CHABALGOITY*

O governador de São Paulo e pré-candidato à Presidência da República pelo PSDB, João Doria, apresentou, ontem, a equipe econômica que o acompanhará na campanha. O grupo é formado, principalmente, por mulheres. A composição da equipe consolida o plano que ele tem de ampliar a presença feminina em cargos de decisão.

Os escolhidos pelo pré-candidato foram Ana Carla Abrão, Vanessa Rahal Canado e Zeina Latif — a única presença destoante é a de Henrique Meirelles. Para Doria, consertar o Brasil é criar empregos e acabar com a fome. Além disso, segundo ele, é necessário tirar a “incompetência e substituir pela eficiência, colocando

planejamento e gestão, ao invés de desmandos e corrupção”.

“Nós não teremos um ‘Posto Ipiranga’. Nós teremos uma usina de talentos. É com talentos econômicos, com experiência comprovada, que nós vamos fazer um programa econômico para o Brasil. Essa será a maior contribuição do PSDB”, salientou o pré-candidato.

Uma das escolhidas para a equipe foi a ex-secretária de Fazenda de Goiás, Ana Carla Abrão, que teve passagem pelo banco Itaú. Outro posto foi dado a Vanessa Rahal Canado, ex-assessora especial no Ministério da Economia para a área tributária e professora na Fundação Getúlio Vargas.

Além delas, foi chamada, também, a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif. Por

fim, o último convocado pelo pré-candidato é o ex-ministro da Economia e ex-presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

Segundo Doria, o grupo forma o comitê econômico responsável por elaborar políticas públicas capazes de superar a atual crise econômica, mercada pelo recorde de desemprego e pela inflação descontrolada.

A equipe econômica da pré-campanha de Doria vai elaborar um documento denominado *Projeto Brasil: o melhor caminho para criarmos oportunidades para todos os brasileiros*, com propostas que pretende aplicar caso o tucano consiga chegar ao Palácio do Planalto.

* **Estagiários sob a supervisão de Fabio Grecchi**

Menção a coletivo

O plenário do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) aprovou, ontem, uma resolução que autoriza, em casos de candidaturas coletivas, a menção do grupo na composição do nome da candidata ou candidato nas urnas. O modelo em que a cadeira parlamentar é assumida por um grupo — em vez de uma só pessoa — foi inaugurado em 2016 e vem ganhando espaço.

“No caso de candidaturas promovidas coletivamente, a candidata ou o candidato poderá, na composição de seu nome para a urna, apor ao nome pelo qual se identifica individualmente a designação do grupo ou coletivo social que apoia sua candidatura, respeitado o limite máximo de caracteres”, diz a proposta de resolução apresentada pelo ministro Edson Fachin, que será o próximo presidente do TSE.

Fachin lembrou que o registro permanece de caráter individual. Na mesma linha, o ministro Carlos Horbach ponderou que, do ponto de vista jurídico, “as candidaturas coletivas não existem, mas podem ser promovidas coletivamente e anunciadas ao eleitorado”.

Neste modelo, é necessária a escolha de um cabeça de chapa, que, se eleito, é quem pode votar em projetos, falar em plenário e ser remunerado. Os mandatos coletivos eleitos em 2020 estão distribuídos em nove partidos diferentes (PSol, PT, PCdoB, PV, PSB, Rede, PDT, Cidadania e Avante). Estão em 24 cidades, de 10 estados.

Apesar de autorizar a inclusão da designação do coletivo nas urnas, ao lado do candidato registrado, o texto aprovado pelo TSE veda que o registro de nome de urna contenha só a designação do mandato coletivo. Segundo Fachin, a candidatura coletiva representa “apenas um formato de promoção da candidatura”.